

# PROVA BRASIL E OS MECANISMOS DE CONTROLE SIMBÓLICO NA ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA E NO TRABALHO DOCENTE

PROVA BRASIL AND THE MECHANISMS OF SYMBOLIC  
CONTROL IN SCHOOL ORGANIZATION AND TEACHING

**Marilda Pasqual Schneider**

Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, SC – Brasil  
marilda.schneider@unoesc.edu.br

**Aline Sartorel**

Mestre em Educação. Professora. Analista Pedagógica do Senac, SC - Brasil  
aline.sartorel@hotmail.com

**Resumo:** O artigo analisa formas simbólicas de regulação e controle de ações desenvolvidas por escolas de educação básica sob influência de políticas de avaliação nacional. O estudo orienta-se pela questão: quais significados são atribuídos à Prova Brasil e que elementos de regulação e controle podem ser observados na organização da escola e no trabalho docente? A coleta de dados ocorreu por meio de observações, entrevistas e questionários a gestores e docentes de escolas da rede municipal de ensino. Os resultados evidenciam que a Prova Brasil constitui importante ferramenta de controle simbólico das ações operadas por escolas públicas municipais em vista de sua associação com o Ideb, atualmente indicador oficial de aferição da qualidade da educação básica no Brasil. Escolas e redes de ensino vêm se rendendo às forças invisíveis que integram a arquitetura dessa avaliação, mesmo não acreditando na potencialidade de induzirem mudanças efetivas de melhoria da qualidade educacional.

**Palavras-chave:** Prova Brasil. Controle simbólico. Organização da escola. Trabalho docente.

**Abstract:** The article analyzes symbolic forms of regulation and control of the actions developed by schools of basic education under the influence of large-scale assessment policies. The study is guided by the question: What meanings are assigned to the national examination called 'Prova Brasil' and which forms of regulation and control can be observed in school organization and teaching? Data collection was carried out through observation, interviews and questionnaires to managers and teachers of public schools run by municipal government. The results show that the national examination 'Prova Brasil' represents

an important mechanism of symbolic control of public school actions due to its association with 'Ideb', the current official indicator for quality assessment of basic education in Brazil. Schools and education networks have been yielding to the unseen forces that guide this examination, even skeptical of its potential for inducing effective change for education quality improvement.

**Key words:** Prova Brasil. Symbolic control. School organization. Teaching

## Introdução

Desde o início dos anos de 1990, discussões entre educadores e pesquisadores sobre mecanismos de regulação e controle da qualidade da educação básica brasileira desaguam majoritariamente nas políticas de avaliação nacional. Dentre as políticas implantadas mais recentemente, que vêm oferecendo importantes elementos para a discussão sobre o que se entende por qualidade, está o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep) em 2007, como uma ferramenta inovadora de indução de políticas públicas na educação básica, o Ideb sintetiza dois conceitos considerados igualmente importantes para o acompanhamento das metas de qualidade educacional traçadas com a criação do índice: rendimento escolar e desempenho dos estudantes em avaliações nacionais. Por reunir em uma única ferramenta a possibilidade de monitoramento do fluxo escolar e de desempenho dos estudantes visando atender certo padrão de qualidade, esse índice vem sendo considerado uma ferramenta de avaliação, responsabilização e prestação de contas (*accountability*)<sup>1</sup> do ensino praticado nas e pelas escolas brasileiras, tornando-se, por conta disso, mecanismo importante de regulação e controle dos sistemas educacionais.

O índice possui periodicidade bianual e é calculado a partir dos dados de aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho dos estudantes em avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Na sua primeira apresentação à nação brasileira, em 2007, foi apontado o resultado obtido por escolas e redes de ensino em dois biênios: 2005 e 2007. Portanto, quando as escolas foram informadas da existência do Ideb receberam no pacote duas avaliações do índice sem terem tido a oportunidade de manifestar qualquer reação sobre os resultados obtidos nas duas primeiras aferições.

Em vista da importância adjudicada ao Ideb na indução de políticas pela melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, o estudo em pauta propõe analisar especialmente uma das peças que compõem o índice

e que remete justamente às políticas de avaliação nacional: a Prova Brasil. Trata-se de uma avaliação inserida na estrutura do Saeb e realizada pelo Inep de forma censitária desde 2005 com objetivo de monitor a atuação das escolas brasileiras.

Desde que foi alçada à condição de peça do Ideb, em 2007, a Prova Brasil tornou-se um dos mecanismos primordiais de acompanhamento e monitoramento das metas de qualidade, constituindo-se, por conta disso, uma das avaliações nacionais com maior poder de influência na atuação das escolas de educação básica.

Os resultados dessa avaliação permitem uma radiografia por escola, sendo que a média alcançada corresponde ao número de competências e habilidades que os estudantes, até a faixa etária exigida para a resolução do exame, já desenvolveram. O conjunto de competências e habilidades sintetiza as proficiências que se espera terem sido desenvolvidas em cada nível da escala. Nesse sentido, representa um exemplo paradigmático do esforço do MEC em produzir políticas de avaliação educacional capazes de provocar mudanças no modo de organizar, compreender e realizar a atividade educativa no âmbito das escolas brasileiras.

Tomando a dinâmica da Prova Brasil como orientadora dos desafios que se impõem às escolas e redes de ensino, é possível vislumbrar o tamanho do compromisso que gestores, docentes e estudantes precisam assumir para o alcance das metas traçadas. Sobre esse compromisso, Schneider (2013, p. 28) afirma haver “[...] uma tendência a que os exames padronizados indiquem qual conhecimento é relevante, delimitando, por extensão, o que deve ou não ser ensinado”.

Tendo em conta esses apontamentos e nosso interesse de desvelar instrumentos estruturados e estruturantes de forças simbólicas na regulação das mudanças operadas em escolas de educação básica por influência de avaliações nacionais como a aqui referida, o estudo em pauta tem por objetivo identificar, nos significados atribuídos à Prova Brasil, elementos de controle simbólico na organização da escola e no trabalho docente.

A coleta de dados compreendeu levantamento de dados em cinco escolas públicas da rede municipal de ensino, situadas em municípios do Estado de Santa Catarina<sup>2</sup>. A delimitação do universo da pesquisa tem a ver com o fato de o estudo em tela fazer parte de uma investigação realizada entre os anos de 2011 e 2014 por pesquisadores do Programa de Pós-graduação de uma Instituição de Ensino Superior situada na região de abrangência da investigação. A pesquisa foi desenvolvida com recursos do Programa Observatório da Educação (Obeduc/Capes) e teve dentre os municípios investigados os arrolados neste estudo.

Porém, enquanto aquele projeto tenha envolvido dezoito municípios catarinenses, selecionamos para o estudo em tela apenas aqueles em cujas escolas foi efetuado Oacompanhamento da Prova Brasil, por parte da equipe de pesquisadores, nos anos de 2011 e 2013. A atividade de acompanhamento do cotidiano da escola em dia de Prova Brasil permitiu identificar como e por onde operam as ferramentas de controle simbólico na condução das políticas de avaliação nacional.

Os recursos técnicos para coleta de dados compreenderam, portanto, dados de observações realizadas nas escolas públicas municipais desses municípios, nos dois momentos de acompanhamento da Prova Brasil; entrevistas com diretores dessas escolas; e, ainda, aplicação de questionários aos docentes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental das classes submetidas à referida avaliação (5º e 9º anos).

## **Novos modos de regulação da escola e do trabalho docente: desvelando instrumentos estruturantes e estruturados de controle simbólico**

No Brasil, a década de 1990 foi marcada por importantes reformas educacionais, algumas delas com o objetivo de modernizar o Estado e adequá-lo às exigências da economia mundial. Influenciadas pelo movimento internacional, novas tendências gerenciais foram aos poucos incorporadas à administração dos serviços públicos. Parte das mudanças efetuadas no setor esteve pautada na descentralização, flexibilização e desregulação da gestão pública “[...] com a justificativa de busca de melhoria no atendimento ao cidadão/contribuinte, reduzindo mediações” (OLIVEIRA, 2010, p. 129).

No setor educacional, as reformas encetadas desaguararam em novas atribuições às escolas e sistemas de ensino, especialmente voltadas à tarefa de inovar sua forma de organização e gestão, de modo a produzir melhores resultados e atender, por essa lógica, demandas que lhe foram impostas pelas novas políticas públicas.

Peça importante dessas reformas, as avaliações nacionais passaram a constituir mecanismo importante de regulação e controle dos sistemas de ensino, consagrando “[...] outro estatuto à intervenção do Estado na condução das políticas públicas” (BARROSO, 2005, p. 727). Conforme o autor, as estratégias de intervenção adotadas contribuíram para o desenvolvimento de uma tecnologia que opera por controle remoto, ou, como denomina Ball (2006, p. 12), por “controle a distância”, a partir da qual a regulação passa

a ser “[...] mais flexível na definição dos processos [porém mais] rígida na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados” (BARROSO, 2005, p. 727).

Justificada pela necessidade de transparência e prestação de contas dos/nos serviços públicos, a avaliação dos sistemas passou a ser uma ferramenta imprescindível na nova configuração da gestão educacional. No bojo desse processo ocorreu a reestruturação do Saeb, em 2005, a partir do que a Prova Brasil (denominada desde então de Anresc – Avaliação Nacional de Rendimento Escolar) e a criação do Ideb, em 2007, passaram a figurar como dois marcos das mudanças nos modos de regulação da qualidade na educação básica brasileira.

É preciso lembrar que a política implantada pela via do Ideb transfere à comunidade escolar a responsabilidade pela melhoria da qualidade educacional. Segundo o Inep, a proclamada qualidade será alcançada com o cumprimento de metas projetadas por escola e rede de ensino. Significa dizer que, para o alcance das metas de qualidade a escola teria de assegurar um bom desempenho de seus estudantes na Prova Brasil<sup>3</sup> e manter equilibradas as taxas de aprovação<sup>4</sup>.

Como já é sabido, essa avaliação compreende um exame aplicado a cada dois anos em escala nacional a todos os estudantes das séries finais de cada uma das etapas de escolarização no ensino fundamental (anos iniciais e anos finais), em escolas da rede pública com no mínimo 20 alunos matriculados nas séries avaliadas. Na sua realização, os estudantes respondem questões de língua portuguesa (com foco em leitura), matemática (com foco na resolução de problemas) e ciências<sup>5</sup>. Diretores e professores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfis profissionais e de condições de trabalho.

Com a criação do Ideb, em 2007, os resultados da Prova Brasil passaram a integrar esse índice fortalecendo a importância e o significado dessa avaliação para as escolas. Por conta disso, Schneider (2013, p. 24) reitera que, “[...] juntamente com o Saeb, a Prova Brasil representa hoje, uma das forças mais expressivas da cultura de avaliação em larga escala no Brasil em vista do lugar que ocupa na delimitação dos indicadores de qualidade da educação básica”.

Ao referir-se aos mecanismos de regulação em curso, Oliveira (2011, p.127) defende que a Prova Brasil “[...] tem mais chances de promover mudanças, pois para a melhoria da qualidade do sistema educacional, primeiro deve-se atingir a dimensão micro das escolas, para depois atingir a macro, das redes de ensino”.

Em vista das ferramentas utilizadas na aplicação do exame e na divulgação dos resultados, estes tendem a gerar certo desconforto entre a co-

munidade escolar, especialmente se a pontuação fica abaixo das expectativas nutridas tanto pela escola como pela comunidade. Divulgados pela mídia como *rankings* das escolas, esses resultados contribuem para a produção de uma lógica competitiva criando muitas vezes um efeito deletério e pouco pedagógico de uso das avaliações nacionais. Como consequência, são criadas estratégias que permitam melhorar o desempenho das escolas nos exames de modo a produzir efeitos no Ideb sem, no entanto, assegurar condições concretas de melhoria da qualidade educacional. O efeito ideológico produzido cria outro estatuto de regulação das escolas e seus docentes, manifesto tanto na forma quanto no conteúdo como uma forma de controle simbólico.

Consoante explica Bourdieu (2009, p.14, grifo do autor), o poder simbólico é um

[...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, [mas que] só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos [...] mas que se define numa relação determinada.

Para ser simbólico, o poder precisa ser “[...] capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 2009, p.15). Exatamente é o que parece ocorrer com a Prova Brasil, especialmente a partir do momento em que foi alçada a uma das peças do Ideb. As metas projetadas por escola para o Ideb de cada biênio criam um ambiente propício para que as formas de poder simbólico se manifestem. Ainda que as escolas não sofram sanções concretas (ao menos até onde se tem conhecimento) pelos resultados obtidos, paira um sentimento de derrota por parte daquelas que não alcançam as metas como se a responsabilidade pelos resultados dependesse apenas da vontade e da ação direta dos gestores e docentes da escola.

Motivadas por esse sentimento, gestores e docentes acabam compelidos a atuar, tanto na forma de organização da escola quanto na gestão do trabalho, para reverter os resultados caminhando, não raras vezes, na contramão do que anunciam os objetivos e propósitos dessa avaliação.

Ferramentas de controle simbólico são mais facilmente perceptíveis na organização, aplicação e divulgação dos resultados da Prova Brasil, mas não se reduzem a isso. São exemplos desse controle as metas traçadas para o Ideb (por escola e etapa de escolarização); a disponibilização de simulados online no site do MEC; a pressão externa exercida por pais e dirigentes municipais considerando, de um lado, os resultados atingidos e, de outro,

as metas a serem atendidas; e, ainda, a própria dinâmica de realização do exame que gera expectativas e apreensão em gestores, docentes e estudantes dado principalmente o caráter de concurso que lhe é atribuído no momento da aplicação nas escolas.

As relações de força que se exprimem nessas ferramentas produzem efeitos reais, mas sem que sejam visivelmente percebidos por aqueles que são afetados por elas e sem que se dispenda energia voluntária para tal. Práticas escolares de organização da escola e do trabalho dos docentes resultam consequências concretas da força da regulação por mecanismos simbólicos.

## **Percepções de gestores e docentes: metodologia e resultados**

As informações colhidas em cinco escolas da rede municipal de ensino, situadas em municípios catarinenses, dão evidências de que se a escola e o docente não alteram substancialmente seu modo de organizar e planejar as atividades escolares por conta dessas avaliações tampouco a sua presença é por eles ignorada.

O acompanhamento em dois momentos de realização da Prova Brasil (2011 e 2013) e de entrevistas com os gestores das cinco escolas e dos questionários com quatro docentes das séries avaliadas (professores de 5º e 9º anos de língua portuguesa e matemática), que constituíram um universo de vinte informantes do segmento de docentes e cinco do segmento de gestores, permitiram constatar que essas escolas vivem um momento de incertezas e contradições motivadas, em boa medida, pela forma com as políticas de avaliação nacional são concebidas e interpretadas no espaço escolar.

No estudo em tela, as manifestações de gestores aparecem identificadas pela legenda “GE”, seguida de uma numeração que vai de um a cinco, conforme a escola em que atuam. Por sua vez, os docentes são identificados pela legenda “D”, seguido da numeração de cada escola, quando se tratar de docente de 5º ano, de língua portuguesa e matemática; “DLP”, seguido da numeração de cada escola, quando se tratar de docente de língua portuguesa do 9º ano; e “DM”, também seguido da numeração de cada escola, quando se tratar do docente de matemática do 9º ano. As escolas são identificadas por numeração, também de um a cinco.

Gestores de três escolas comungam da percepção de que a Prova Brasil representa um instrumento importante para a melhoria da qualidade de ensino. Isso porque

Este resultará num significado pedagógico, ou seja, os professores terão conhecimento do que os alunos dominam, bem como se possuem capacidade de assimilar diferentes conteúdos ou não, levando-os a criarem hipóteses esclarecendo o motivo que impediu certo aprendizado. (GE2).

Penso que esta [a Prova Brasil] foi criada com objetivo de verificar a qualidade da educação brasileira como é feito em muitos países. Eu vejo de grande importância, pois ela confirma a realidade, isto é, nos traz dados importantes para que possamos tentar sanar as deficiências. (GE3).

Acho válida e necessária [a Prova Brasil] para a melhoria da qualidade quando ela for trabalhada antes e depois pelos educadores, assim os educandos podem ter maior conhecimento. (GE5).

Porém, essa visão não é partilhada por alguns docentes para quem

A Prova Brasil é interessante para medir o conhecimento escolar em nível de Brasil, porém acredito que além do conhecimento também deveria levar em consideração as questões escolares como localidade, clientela, vulnerabilidade social. (DM1).

Em princípio, ela é uma forma de averiguar o índice de conhecimento dos nossos alunos, por outro lado, trata todos como se fossem iguais, não levando em conta as deficiências, diferenças econômicas e sociais. (DLP4).

Inquiridos sobre ações em vista dos resultados obtidos, gestores informam terem desenvolvido em suas escolas: projetos interdisciplinares; simulados para os alunos que participam dos testes; reforço escolar; projetos pedagógicos voltados para a aprendizagem; conteúdos e atividades trabalhados nos planos diários; provas no modelo Prova Brasil.

As atividades descritas são de caráter geral não se restringindo às de preparação para o exame, ainda que os testes tipo Prova Brasil sejam visivelmente voltados a esse fim. Talvez seja exatamente por conta de ações como essa que alguns docentes desconfiem da contribuição desse exame na melhoria da qualidade educacional, uma vez que o caráter de treinamento é destacado em diferentes ações.

Em relação às atividades realizadas com os docentes, um dos gestores informa:



Em nossa escola todas as sextas à tarde há planejamento e acontece na última sexta-feira do mês a reunião pedagógica. Também, em nossa unidade escolar temos duas coordenadoras pedagógicas que trabalham em conjunto atendendo todo o corpo docente, temos uma sala de AEE para atendimento de nossos alunos e alguns na região. (GE1).

Há nessa escola preocupação visível da equipe gestora na realização de ações e estratégias voltadas ao exame. Resta saber se a finalidade augurada é melhorar o desempenho dos estudantes no tocante às condições de aprendizagem ou apenas lograr melhores resultados da Prova Brasil para alavancar as metas do Ideb.

Considerando apenas atividades realizadas após a divulgação dos resultados da Prova Brasil, dois gestores, dentre eles justamente o da Escola Um, manifestaram que:

A secretaria da educação do município está confeccionando placas indicativas com as notas no Ideb que serão fixadas na frente da escola para conhecimento de toda a comunidade. Mais uma vez reitero que nossa maior preocupação é para com o desenvolvimento cognitivo de nossos alunos. (GE1).

Depois de recebidos, os resultados são apresentados e discutidos com os professores e expostos no mural da escola. Para os pais, esses são apresentados em reuniões e ou assembleias. (GE3).

Apesar de preocupação com a prestação de contas aos estudantes e à comunidade, a exposição dos resultados no mural pode gerar repercussões nem sempre positivas, posto não haver nessas escolas uma atividade com estudantes e comunidade de discussão desses resultados. O efeito pode ser o de produzir pressão e responsabilizar sem necessariamente favorecer a realização de um diagnóstico da situação educacional da escola.

Os dados coligidos permitem concluir que, de fato, existe uma real preocupação dos gestores dessas escolas com o desempenho dos estudantes no exame. No entanto, ao que tudo indica gestores e docentes não sabem ao certo qual atividade é importante e necessária. Assim, agem intuitivamente movidos majoritariamente por demandas de fora dos muros da escola ou por estratégias não visivelmente perceptíveis, porém internalizadas como adequadas.

Especificamente em relação ao exame desenvolvido no ano de 2013, 64% dos docentes revelaram terem sido desenvolvidas atividades de pre-

paração dos estudantes. As atividades remontam à realização de simulados, aulas de reforço, preenchimento de gabarito e resolução de questões de concurso. Novamente fica evidenciado o caráter de treinamento assumido nas ações desenvolvidas, inclusive com a aplicação de questões de concurso para os estudantes dos anos iniciais.

Em relação ao cotidiano da escola em dia da aplicação da Prova Brasil na escola, alguns gestores assim se manifestaram:

Pra mim é somente uma prova que deve ser aplicada, porém a forma com que ela é realizada não concordo, pois os professores não podem sequer ficar presentes na sala de aula. Talvez a própria coordenação da escola pudesse fazer sem problema algum, pois o fato de ser prova já faz com que os alunos fiquem nervosos e ainda mais uma pessoa desconhecida; isso faz com que o nervosismo aumente ainda mais. (GE3).

É um dia como qualquer outro, pois enquanto gestor temos que nos preocupar com o rendimento escolar todos os dias do ano letivo. (GE4).

Apesar de quatro gestores revelarem certa tranquilidade no dia de realização da avaliação, o fato de um deles mencionar que a própria coordenação da escola poderia aplicar o exame para não deixar os alunos nervosos indica que esse não é, decisivamente, um dia como outro qualquer, especialmente pela forma como ocorre a aplicação da prova.

Conforme alude Bourdieu (2009, p. 8), o poder invisível, “[...] o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”, estabelece certo conformismo lógico favorecendo “[...] uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (p. 9). Essa concepção reduz “[...] as relações de força a relações de comunicação” (p. 11) e favorece a produção de ferramentas de dominação simbólica.

Segue nessa direção o posicionamento dos docentes sobre as pressões sentidas para que seus alunos tenham bom desempenho no exame. Apesar de apenas 22% deles terem manifestado sentir algum tipo de pressão, parece estar ausente a reflexão sobre os significados da Prova Brasil no cotidiano da escola.

Instados a se manifestar acerca de possíveis contribuições que essa avaliação pode representar, apenas um gestor respondeu negativamente. Os demais se mostraram favoráveis, ainda que nem todos tenham tratado

especificamente da atuação do gestor. É o que podemos verificar nas afirmações de dois deles:

[...] a Prova Brasil vem somente somar o aprendizado de nossos alunos e não uma cobrança de metas. (GE1).

A Prova Brasil contribui sempre, mesmo que o resultado às vezes não é o esperado, pois com os resultados podemos melhorar a prática pedagógica. (GE2).

Esses gestores relacionam as contribuições aos resultados obtidos pelos alunos, transferindo para docentes e estudantes a responsabilidade de uma possível contribuição.

Para Bourdieu (2009, p. 14, grifo do autor?), o poder simbólico “[...] se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença”. Ao se sentirem pressionados, os gestores reverberam a crença de que a melhoria dos resultados educacionais é fruto majoritário do trabalho docente. Por se sentirem lutando muitas vezes sozinhos nas relações de força simbólica, os docentes parecem não ter alternativa que não a aceitação (resignada ou não) de sua responsabilidade.

Um aspecto controverso do efeito simbólico evidenciado no depoimento de gestores e no questionário aos docentes é a afirmação quanto ao caráter processual das atividades realizadas pela escola, numa clara tentativa de demonstrar que o trabalho educativo vai muito além da Prova Brasil ou do que ela representa para além dos muros da escola. Apesar de esse aspecto indicar uma não conformação, mera e simples, dos profissionais da escola aos efeitos desse exame, prevalece nos dados coligidos aceitação resignada e um esforço deliberado desses agentes escolares em atribuir um valor positivo ao exame, como pode ser verificado nos depoimentos aqui ilustrados:

Na realidade quando mudou a forma de gestar nossa unidade escolar foi realizado um projeto pensando em melhorar a qualidade escolar de nossos alunos, dessa maneira buscando o comprometimento dos nossos professores, a colaboração dos educandos trazendo a responsabilidade para cada um fazendo que sejam o sujeito da ação, pois foram eles que criaram os direitos e deveres da escola. Também foi introduzido em nosso calendário escolar os simulados que seriam uma prévia para as provas bimestrais. (D1).

Se avaliação aponta dificuldades a escola precisa organizar o trabalho pedagógico de forma que atenda as mesmas. Lembrando que toda a equipe de profissionais deve se envolver para atingir o objetivo. (D3).

Desde os primeiros anos eles começam a ser preparados para estas avaliações, com simulados e a Provinha Brasil dos segundos e terceiros anos, há reforço escolar em todos os níveis, pois a escola é bastante cobrada em função de se atingirem as metas estipuladas. (D4).

Os docentes apontam ações cujo horizonte é a melhoria da qualidade educacional. Apesar de reforçarem o caráter pedagógico das atividades desenvolvidas, os relatos evidenciam que mesmo considerando uma não submissão ou rendição ao exame, essas escolas não conseguem permanecer alheias a ele, seja pela cobrança proveniente da divulgação dos resultados, dos poderes públicos ou, ainda, pelas pressões da comunidade escolar.

Exemplo da submissão consentida são as constatações quando da visita efetuada nos dias em que o referido exame estava sendo realizado. Nas duas oportunidades em que os pesquisadores acompanharam a aplicação da Prova Brasil (2011 e 2013) nas escolas foram colhidas percepções de estudantes e docentes envolvidos com o exame.

Apesar de certo clima de normalidade, evidenciado num primeiro olhar, atitudes de gestores e docentes permitiram constatar que a normalidade era apenas aparente. Os aplicadores não fazem parte do dia a dia dos estudantes. No dia de realização da Prova impõem certas regras de organização na escola e de conduta de estudantes e docentes demonstrando que se trata mesmo de um dia especial, não permitindo que o docente da turma na qual o exame será aplicado permaneça na sala.

O tratamento por vezes pouco amigável dos aplicadores, o ritual de abertura dos envelopes e apresentação formal dos passos de realização, a distribuição do tempo para responder cada um dos blocos de questões são alguns fatores que contribuem para que se institua um clima de tensão e nervosismo tanto nos docentes e nos estudantes do processo avaliativo como também na escola como um todo. Numa das escolas, alunos de uma das turmas preencheram o gabarito da prova antes mesmo de ler as questões, dando evidências do clima tenso instaurado com a realização do exame.

Num dos momentos, uma professora que lecionava para uma turma da sala ao lado a que estava realizando o exame ao ausentar-se da sala comentou com a equipe de pesquisadores que não poderia se demorar em

retornar, pois seus alunos poderiam fazer barulho e atrapalhar a turma que fazia o exame. Estaríamos diante de um exemplo cabal de conformismo lógico a que alude Bourdieu (2009) para que o controle possa ser de fato simbólico?

Fatos como os ilustrados reiteram nossa percepção da força simbólica da Prova Brasil, permitindo verificar outro estatuto no modo como o Estado vem se relacionando com as escolas de educação básica na condução das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional.

## Considerações finais

A dinâmica da Prova Brasil nas escolas produz efeitos que não se resumem ao dia de sua aplicação. Apesar de, no cotidiano das escolas, outras demandas ocuparem espaço e a atenção de gestores e docentes, há uma tendência a buscar, em atividades desenvolvidas no dia a dia, elementos que desvelam relações estreitas dessas ações com o exame. Até mesmo em atividades cotidianas de avaliação as quais constituem o que Freitas et al (2011) denominam avaliação em sala de aula, gestores e docentes procuram demonstrar que não se descuidam dos aspectos que tocam essa avaliação.

Simulados e aulas de reforço às vésperas do exame, bem como o preenchimento de gabaritos e a realização de avaliações pelos docentes aos moldes das questões constantes no formulário da Prova são indicativos da influência desse exame no trabalho docente. Permitem constatar, por consequência, certo conformismo lógico, ainda que não unânime, na influência desse exame na dinâmica de organização da escola.

A despeito de ter prevalecido entre gestores e docentes percepção de inexpressiva capacidade de a Prova Brasil contribuir na identificação dos problemas e nas possibilidades de melhoria educacional, é fato que essas escolas vêm se rendendo às forças invisíveis que integram os mecanismos de comparação, competição, treinamento e busca por melhores resultados mesmo não confiando que esses mecanismos possam representar mudança educacional. Pelo fato de compor uma das peças do Ideb, a Prova Brasil passa a ocupar posição distinta das demais avaliações nacionais no espaço escolar. Por isso não é possível menosprezar a força desse exame nas ações desenvolvidas por essas escolas.

No contexto das formas de regulação em curso há que se tomar as avaliações nacionais como inerentes aos processos e às aprendizagens cotidianas articulando-as às estratégias pedagógicas para alcançar a tão almejada qualidade educacional. Justamente por isso é fundamental que gestores

e docentes possam debruçar-se sobre essas avaliações e refletir sobre o que fazemos nas escolas em nome da melhoria educacional.

As avaliações nacionais tanto podem ser utilizadas como instrumento para o diagnóstico da situação educacional como para prestação de contas sobre o trabalho educacional desenvolvido. Em qualquer situação, elas serão apenas um instrumento dentre outros que a escola poderá e deverá utilizar para o acompanhamento da situação educacional. Elas também podem constituir ferramenta para fomentar o desenvolvimento de políticas, programas, encaminhamentos e decisões no âmbito da educação. Trata-se, sobretudo, de encontrar caminhos para a qualidade da educação no Brasil, que não são simples e que não se reduzem a uma avaliação externa.

## Notas

- <sup>1</sup> Maiores informações sobre políticas de *accountability* educacional podem ser encontradas em Schneider e Nardi (2014).
- <sup>2</sup> As escolas da representação pertencem aos seguintes municípios catarinenses: Caxambu do Sul, Itapiranga, Joaçaba, São Lourenço do Oeste e Videira.
- <sup>3</sup> Informações sobre a pontuação desejável na Prova Brasil para que uma instituição educativa alcance patamares mínimos de qualidade estão disponíveis no Parecer CNE/CEB nº 8/2010. Esse parecer foi elaborado por uma comissão da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação com a finalidade de desenvolver um estudo sobre a educação básica no Brasil e construir proposições “[...] para melhorar o atual cenário da qualidade desse nível de ensino” (BRASIL, 2010).
- <sup>4</sup> Expressa por valores entre zero e um, a informação correspondente às taxas de aprovação é extraída do Censo Escolar. Quanto maior a reprovação e o abandono registrados na etapa de escolarização avaliada, maior será o tempo médio de conclusão de uma série, o que claramente penalizará o Ideb daquela escola. Portanto, taxas de aprovação próximas aos 96% anularão efeitos negativos no índice e farão incidir sobre os resultados da Prova Brasil as possibilidades de aumento do Ideb daquela escola.
- <sup>5</sup> No ano de 2013 ocorreu a primeira experiência, desde a reformulação do Saeb de 2005, de aferição de competências e habilidades em ciências. No entanto, essa disciplina não incidiu sobre o cálculo do Ideb.

## Referências

- BALL, Stephen. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *Currículo sem Fronteiras*, v. 6, n. 2, p. 10-32, dez. 2006.
- BARROSO, João. O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92 (Especial), p. 725-751, out. 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB n. 8/2010, de 5 de maio de 2010*: Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei n. 9.394/96, que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Disponível em: <<http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/15/pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. *A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal*. 2011. 276 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Mudanças na organização e na gestão do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. F. F. *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.125-144.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Políticas de avaliação em larga escala e a construção de um currículo nacional para a educação básica. *Eccos*, São Paulo, n. 30, p. 17-33, jan./abr. 2013.

\_\_\_\_\_; NARDI, Elton Luiz. O Ideb e a construção de um modelo de *accountability* na educação básica brasileira. *Revista Portuguesa de Educação*: Universidade do Minho, Portugal, v. 27, n. 1, p. 7-28, 2014. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/4295>>. Acesso em: 20 out. 2010.

Recebido em 18 mar. 2016 / Aprovado em 31 mai. 2016

Para referenciar este texto:

SCHNEIDER, M. P.;SARTOREL A. Prova Brasil e os mecanismos de controle simbólico na organização da escola e no trabalho docente. *EccoS*, São Paulo, n. 40, p. 17-31. maio/ago. 2016.

